

Servidores vão ter 3 subtetos salariais

AGÊNCIA ESTADO

AJ13496

Governo fecha acordo que mantém na reforma da Previdência os três subtetos diferentes para os servidores



Paulo Paim mudou de idéia sobre reforma da Previdência

BRASÍLIA — O governo conseguiu fechar um acordo que permitirá a manutenção, no texto da reforma da Previdência, de um dispositivo que estabelece três subtetos diferenciados para os servidores estaduais do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

O acordo foi celebrado entre o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o relator da reforma da Previdência, Tião Viana (PT-AC), e o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB). Rigotto saiu satisfeito da reunião.

Ele aceitou a manutenção do texto da Câmara mediante o compromisso do governo de incluir na chamada PEC (Proposta de Emenda Constitucional) paralela um artigo estabelecendo a possibilidade, para os estados que quiserem, de definição de um subteto único, tendo como limite os salários dos desembargadores estaduais, que representam 90,25% do valor dos vencimentos pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador Aloizio Mercadante explicou que enquanto a chamada PEC paralela não for promulgada, os estados que defendem o subteto único poderão fixar um salário-referência.

Na PEC vai ser estabelecido prazo de 60 dias para que estados optem pelo subteto único ou pelo regime de três subtetos diferenciados.

Fechado o acordo, a reforma da Previdência está pronta para ser votada em primeiro turno no Senado. A proposta não recebeu qualquer modificação, prevalecendo o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A expectativa do governo é promulgar a reforma ainda em dezembro, apesar das promessas da oposição de que vai apresentar requerimentos tentando modificar o texto.

Se a proposta for aprovada sem qualquer modificação, a base governista espera votá-la em segundo turno, no início de dezembro.

Paim vota contra reforma

BRASÍLIA — O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), mudou o teor de seu discurso e já sinaliza votar contra o texto principal da reforma da Previdência hoje.

Anteriormente, Paim dizia que votaria a favor do texto básico, mas que não acompanharia o governo nas votações dos destaques sobre a paridade, as regras de transição e a taxação dos inativos.

No entanto, com a manobra do governo na semana passada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), os destaques que tratam dos inativos e da paridade só serão discutidos na PEC (Proposta de Emenda Constitucional) paralela.

“A priori, voto contra”, afirmou Paim. “Votaria a favor do texto principal sem prejuízo dos destaques, mas tudo se move nesta Casa. Está circulando que não vai ter votação dos destaques (dos pontos que ele defende). Fiquei numa camisa-de-força”, disse.

Segundo Paim, seu posicionamento ainda não está fechado. “Estou insistindo que a gente de-

ve construir uma saída negociada”, disse.

Além de Paim, chegaram a ameaçar ficar contra o texto da reforma da Previdência as senadoras Heloísa Helena (PT-AL), Serys Shlessarenko (PT-MT) e o senador Flávio Arns (PT-PR).

Shlessarenko, no entanto, fez um discurso ontem defendendo a unidade do partido e sinalizando que irá acompanhar a bancada petista e votar a favor da reforma.

O mesmo deve acontecer com Arns, mas não com Helena — ameaçada de expulsão do partido.

No PMDB, que conta com 22 senadores, podem ficar contra o texto Papaléo Paes (AP), Ramez Tebet (MS), José Maranhão (PB) e Sérgio Cabral Filho (RJ).

São necessários 49 votos para se aprovar a reforma no Senado. A base aliada, somada ao PMDB, conta com 47 senadores.

O governo conta com alguns votos do PSDB — que tem 11 senadores — para ter uma margem segura hoje no plenário da Casa.

CRONOGRAMA DAS REFORMAS

PREVIDÊNCIA

- Governo espera votar hoje, no plenário do Senado, o primeiro turno da reforma
- Aprovada em primeiro turno, após a publicação, tem cinco dias de intervalo para entrar na ordem do dia para ser votada em segundo turno.
- Incluída na ordem do dia, haverá três dias

de discussão e apresentação de emendas (só de redação, nessa fase)

- O segundo turno deverá ocorrer na primeira quinzena de dezembro

TRIBUTÁRIA

- Devem também ter início hoje as discussões, no plenário do Senado. A partir daí, começa a contar o prazo de cinco ses-

sões deliberativas para apresentação de emendas

- Após esse prazo, retorna à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que dará parecer sobre as emendas
- A proposta volta ao plenário para votação em primeiro turno, o que pode ocorrer também na primeira quinzena de dezembro